TMR SETORIAL DIREITO BANCÁRIO E FINANCEIRO

Informativo nº 4, de 26.07.2021.

Este informativo setorial é elaborado pelos colaboradores que integram a área de **Direito Bancário e Financeiro** em conjunto com a Biblioteca de Tortoro, Madureira e Ragazzi Advogados. Seu conteúdo tem caráter informativo, não constituindo opinião legal do escritório. Para mais informações, entre em contato com nossos advogados ou visite nossa página na internet.

Sócios responsáveis

Arnaldo Rodrigues Neto
arneto@tortoromr.com.br

Caio Medici Madureira
cmadureira@tortoromr.com.br

Danilo Vicari Crastelo
dvicari@tortoromr.com.br

Frederico Augusto Veiga
fveiga@tortoromr.com.br

Contato
www.tortoromr.com.br

(i) 15 de agosto de 2021, para condutas praticadas até essa data; e

(ii) 15 de novembro de 2021, para condutas praticadas entre 16 de agosto de 2021 e 15 de novembro de 2021.

Os prazos de que tratam os incisos do caput independem de prévia notificação pelo Banco Central do Brasil ao participante em relação à conduta praticada.

Publicada no Diário Oficial da União em 09.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

1. Legislação e Regulação

Banco Central do Brasil

Pix – Penalidade de multa - Prazos para a cessação da prática

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Instrução Normativa nº 111, de 08 de junho de 2021, que estabelece os prazos para a cessação da prática que ensejaria a aplicação de multa, para fins de isenção dessa penalidade no âmbito do Pix.

Para fins de avaliação quanto ao enquadramento de conduta de participante do Pix na isenção da penalidade de multa, nos termos do disposto no art. 113 do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, os prazos máximos para cessação da prática são:

Adesão ao Pix – Procedimentos necessários

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Instrução Normativa nº 112, de 09 de junho de 2021, que altera a Instrução Normativa BCB nº 49, que estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao Pix.

Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

Publicada no Diário Oficial da União em 10.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Pix - limites de valor para as transações

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Instrução Normativa nº 115, de 22 de junho de 2021, que altera a Instrução Normativa BCB nº 20, que dispõe sobre os limites de valor para as transações no âmbito do Pix.

Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de julho de 2021.

Publicada no Diário Oficial da União em 23.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Pix - Funcionamento do arranjo de pagamentos - Alteração

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Resolução nº 103, de 08 de junho de 2021, que altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix.

Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2021, produzindo efeitos a partir de 16 de novembro de 2021.

Publicada no Diário Oficial da União em 09.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Pix - Arranjo de pagamentos - Introdução do mecanismo especial de devolução - Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) - Conta pagamentos instantâneos (Conta PI) - Alteração

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Resolução nº 104, de 08 de junho de 2021, que altera o Regulamento anexo à Circular nº 4.027, de 12 de junho de 2020, que regulamenta o funcionamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no Banco Central do Brasil, em razão da introdução do Mecanismo Especial de Devolução no regulamento do arranjo de pagamentos Pix, anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020.

Publicada no Diário Oficial da União em 09.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Fundo Garantidor de Créditos (FGC) - Informações

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Resolução nº 102, de 07 de junho de 2021, que dispõe sobre a elaboração e a remessa de informações relativas aos instrumentos financeiros objeto de garantia ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e sobre a apuração da base de cálculo e o recolhimento das contribuições das instituições associadas ao FGC.

Publicada no Diário Oficial da União em 09.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Open Banking – Cronogramas de submissão de convenção e implementação

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Resolução nº 109, de 24 de junho de 2021, que estabelece os cronogramas de submissão de convenção e de implementação, por parte das instituições participantes do Open Banking, do compartilhamento de dados e serviços de que trata a Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020.

Publicada no Diário Oficial da União em 28.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Sistema Financeiro – Análise de atos de concentração

■O Banco Central do Brasil (BCB) editou a Resolução nº 99, de 02 de junho de 2021, que altera a Circular nº 3.590, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre a análise de atos de concentração no Sistema Financeiro Nacional pelo Banco Central do Brasil.

Publicada no Diário Oficial da União em 07.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Conselho Monetário Nacional

Contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras

■O Conselho Monetário Nacional editou a Resolução CMN nº Resolução CMN nº 4.925, de 24 de junho de 2021, que altera a Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil entre outros assuntos.

Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2022.

Publicada no Diário Oficial da União em 28.06.2021, a íntegra pode ser acessada [aqui](#)

Comissão de Valores Mobiliários

Sistema de Gestão de Fundos de Investimento (“SGF”) - Lançamento

■A Comissão de Valores Mobiliários em 22.06.2021, o [Ofício Circular CVM/SIN 6 de 2021](#) que tem como objetivo divulgar o lançamento do Sistema de Gestão de Fundos de Investimento (“SGF”) para os fundos de investimento regulados pela Instrução CVM 555, a entrar em produção em 5 de julho de 2021.

A partir dessa data, os administradores, por meio de seu login e senha

da CVMWeb, terão acesso ao referido sistema e deverão efetuar o registro dos fundos de investimento conforme o passo a passo do Manual de Uso que será disponibilizado na tela inicial do próprio SGF. Para esse propósito exclusivo, o sistema CVMWeb será descontinuado e estabelece outras orientações.

A íntegra pode ser acessada [aqui](#)

2. Novidades

■Operacionalização do registro e nova forma de negociação de recebíveis de cartões começaram em 7 de junho de 2021

Em 7 de junho de 2021 se dará início à operacionalização do registro e da nova forma de negociação de recebíveis de cartão. A regulamentação dessa operacionalização, dada pela Resolução CMN nº 4.734, de 2019, e pela Circular BCB nº 3.952, de 2019, está em consonância com a Agenda BC#, em especial com a dimensão competitividade e as ações destinadas a aumentar a eficiência de mercados.

Espera-se que, com o início do registro e da nova forma de negociação, a concorrência na negociação de recebíveis de cartão aumente, propiciando a redução do spread e o aumento do volume das operações, principalmente no segmento de micro e pequenas empresas, mais dependente de garantias para a obtenção de crédito. Essa expectativa

também se baseia no fato de que, com a entrada em operação desses comandos regulatórios, será possível ao lojista dividir suas agendas de recebíveis e as negociar com diversos financiadores simultaneamente, ampliando seus limites de crédito.

Para isso, as registradoras de recebíveis, sistemas autorizados e supervisionados pelo Banco Central do Brasil, irão atuar como uma espécie de interface entre o lojista que deseja obter crédito utilizando seus recebíveis e potenciais financiadores. As informações dos recebíveis serão enviadas às registradoras por meio das credenciadoras ou subcredenciadoras escolhidas pelo lojista, as quais estabelecerão conexão operacional com as primeiras. As registradoras, por sua vez, poderão disponibilizar a qualquer financiador a quem o lojista consentir o acesso a essas informações, de forma simples e padronizada.

Do ponto de vista do financiador também haverá mais segurança, pois as registradoras exercerão o papel de recepcionar os contratos de negociação dos recebíveis do lojista, particionando as agendas de recebíveis e controlando a ordem de prioridade dos contratos, garantindo, assim, que o mesmo recebível não seja negociado em duplicidade. Também irão orientar a liquidação financeira dos recebíveis, de forma que os recursos sejam sempre enviados aos legítimos titulares.

Dessa forma elimina-se o problema de assimetria de informação, ao mesmo tempo em que se propicia mais segurança jurídica e operacional nas operações com recebíveis.

Reconhecendo a complexidade da implementação desse ecossistema, o Banco Central postergou a data originalmente prevista para o início da vigência das normas de recebíveis, permitindo que todas as instituições envolvidas nesse mercado dispusessem de um prazo adequado para a conclusão das adaptações requeridas bem como a realização de testes homologatórios, com a amplitude e frequência necessárias para a mitigação de riscos operacionais relevantes. Dessa forma, as instituições que participarão desse novo ecossistema enviaram ao Banco Central, no prazo regulamentar, uma declaração de prontidão para a entrada em produção a partir de 7 de junho de 2021, aspecto que será continuamente acompanhado pelo Banco Central para assegurar a disciplina e o regular funcionamento desse novo mercado.

De forma geral, as registradoras atuarão como a infraestrutura básica que permitirá o desenvolvimento de um moderno ecossistema de negociação de recebíveis de cartão, democratizando o acesso a esses recebíveis e permitindo o surgimento de novas fintechs atuando tanto na oferta de crédito como também na prestação de serviços inovadores, tanto para lojistas como para financiadores. **BCB em 02.06.2021.**

3. Julgamentos relevantes

Destacamos nesta edição as seguintes decisões:

Banco não pode ser responsabilizado por cheque sem fundos emitido por seu cliente

■ **O Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, entendeu que as instituições bancárias não são responsáveis por cheques sem fundos emitidos por seus correntistas, salvo se houver defeito na prestação dos serviços bancários.** Para o colegiado, a relação entre o credor do cheque e o banco não se equipara à relação de consumo.

Villas Bôas Cueva lembrou que, segundo estabelecido pelo Banco Central, ao receber o cheque emitido por um de seus correntistas para saque ou depósito, cabe ao banco apenas a rotina de conferência e posterior pagamento (ou eventual devolução do título). "Inexistindo equívoco na realização de tal procedimento, não há falar em defeito na prestação do serviço", completou.

Além disso, o ministro afastou a alegação do credor do cheque de que o banco teria agido com displicência ao entregar grande quantidade de cheques a uma empresa com pouco tempo de abertura da conta, pois se trata de empresa de *factoring* – atividade em que, pela sua própria natureza, há movimentação de expressivo volume de recursos.

"O fato de a empresa emitente do cheque ser cliente do banco há poucos meses, ou mesmo de haver grande número de cheques em circulação, não leva à conclusão de existência de irregularidade na abertura da conta ou no fornecimento dos talonários, ou de qualquer outro defeito na prestação de seus serviços", apontou o relator.

Ao dar provimento ao recurso do banco, Villas Bôas Cueva também destacou que, de acordo com os elementos juntados aos autos, o prejuízo sofrido pelo investidor decorreu apenas da conduta da empresa de *factoring* – única responsável pelo pagamento da dívida –, não havendo, para o ministro, nexos de causalidade entre o dano e o fornecimento de cheques pela instituição financeira. [REsp 1665290](#).

Banco pode debitar valor mínimo de fatura em atraso na conta-corrente se houver previsão contratual

■ **O Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, decidiu que não é abusiva a cláusula de contrato de cartão de crédito que autoriza a operadora/financeira a debitar da conta-corrente do titular do cartão o pagamento do valor mínimo da fatura em caso de inadimplemento, ainda que contestadas as despesas lançadas.**

Segundo o relator, ministro Marco Buzzi, no caso julgado, o contrato de emissão e utilização do cartão de crédito traz entre as suas cláusulas

– em caso de não pagamento da fatura na data de seu vencimento ou cancelamento do cartão por inadimplemento – autorização para que o emissor do cartão possa debitar da conta-corrente do titular do cartão o valor mínimo correspondente aos gastos por ele efetuados, caso haja saldo para tanto.

Não havendo saldo, o contrato prevê a possibilidade de o débito ser feito de forma parcelada, de acordo com o saldo existente na conta do titular, até que atinja o valor do débito mínimo, ou dos gastos totais.

"Essa operação de débito direto do valor mínimo da fatura consiste em uma ferramenta apenas utilizada quando o cliente não realiza, espontaneamente, o pagamento do montante devido no prazo contratual assinalado, sequer do valor mínimo expressamente acordado para manter o fluxo do contrato de cartão de crédito", acrescentou o magistrado.

A prática do pagamento mínimo como opção do titular do cartão é reconhecida como válida pelo Banco Central do Brasil desde 2010. "Essa medida foi adotada visando incentivar o uso racional do cartão de crédito pelos clientes, num contexto de elevadas taxas de juros da modalidade de crédito rotativo, contribuindo, assim, para a redução do endividamento das famílias", explicou o ministro.

Atualmente, destacou Buzzi, não existe mais o pagamento mínimo obrigatório de determinado percentual do valor da fatura, mas cada instituição financeira pode estabelecer com os consumidores o montante mínimo mensal, em função do risco da operação, do perfil do cliente ou do tipo de produto.

Garantia para concessão de crédito

Para o relator, mesmo não havendo no ordenamento jurídico obrigação legal para a concessão de crédito sem garantia – nem mesmo vedação a tal prática –, não é possível rotular como abusivo o débito de parcela mínima do total de gastos efetuados pelos titulares dos cartões de crédito.

Isso porque, segundo Marco Buzzi, a hipótese de débito do valor mínimo constitui uma das condições para que os bancos concedam crédito aos titulares do cartão, possibilitando o abatimento parcial dos valores devidos e não adimplidos. "Trata-se, portanto, de uma espécie de garantia à continuidade do ajuste estabelecido entre as partes", ponderou.

Ao citar precedente do STJ que entendeu pela não abusividade de cláusula contratual que prevê autorização para o débito em conta-corrente de valor afeto a saldo devedor (REsp 258.103), o magistrado destacou que reconhecer como irregular garantia expressamente pactuada provocaria a majoração dos custos para cobrir os riscos de inadimplência inerentes à operação.

Devolução de quantias debitadas em conta

O relator também afastou o argumento do TJRJ de que a operadora, ao lançar mão do valor mínimo da fatura de consumo do cartão de crédito diretamente na conta-corrente do titular, esteja atuando arbitrariamente para se apoderar do salário do devedor.

"Não se trata de contratação com débito direto em conta salário, mas, sim, em conta-corrente onde rubricas com as mais diversas origens são apresentadas. Ademais, a prática do pagamento mínimo, como visto, é legitimada pelo Bacen desde o ano de 2010, o que, inclusive, naquela época, fez aumentar o percentual de retenção mínimo de 15% para 20% do valor total da fatura", observou.

Ao reformar o acórdão, Marco Buzzi entendeu ser inviável a devolução das quantias até então descontadas pela financeira, uma vez que o montante debitado diretamente na conta-corrente do titular do cartão a título de pagamento mínimo de fatura está expressamente autorizado no contrato assinado pelo consumidor. [REsp 1.626.997](#).

Ação revisional de contrato bancário – Financiamento de veículo – Capitalização de juros – Possibilidade de cobrança pelas instituições financeiras

■ O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), 11ª Câmara de Direito Privado, no julgamento da Ação Revisional de Contrato Bancário de um financiamento de veículo sobre a capitalização de juros, possibilidade de cobrança pelas instituições financeiras entendeu que, a Medida Provisória nº 2.170-36 de 2021 continua em vigor em razão do disposto no artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32 de 2001. O Contrato foi firmado após a edição da referida medida provisória, contendo ajuste expresso quanto à cobrança de juros capitalizados, inteligência da Súmula nº 539 do STJ, juros pré-fixados, legalidade da utilização da Tabela Price, eis que não implica prática de anatocismo.

Quanto a cobrança de tarifa de cadastro, é lícita a cobrança de tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira – Orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial submetido à sistemática de julgamento de recursos repetitivos (REsp nº 1.251.331/RS).

No que tange a cobrança pelo registro do contrato é lícita a cobrança pelo registro contrato, desde que o serviço tenha sido efetivamente prestado – Orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial submetido à sistemática de julgamento de recursos repetitivos (REsp nº 1.578.553/SP) – Hipótese em que restou demonstrada a prestação do serviço de registro do contrato pela instituição financeira no órgão de trânsito.

Referente a cobrança pela avaliação do bem dado em garantia é lícita a cobrança pela avaliação do bem dado em garantia, desde que os serviços tenham sido efetivamente prestados – Orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial submetido à sistemática de julgamento de recursos repetitivos (REsp nº 1.578.553/SP) – Hipótese em que restou demonstrada a prestação do serviço de avaliação do bem pelo banco.

Entendeu também, que a Cobrança de "Seguro Auto RCF" – A finalidade do "Seguro Auto RCF" é diversa do seguro de proteção financeira, consistindo em garantir o ressarcimento de prejuízos decorrentes de sinistros ocorridos com o veículo adquirido pelo segurado – O "Seguro Auto RCF" não guarda relação alguma com o saldo devedor do contrato de financiamento, tanto que o período de vigência da apólice é de apenas 1 (um) ano, muito inferior ao prazo de duração do financiamento, e não há óbice a que o autor posteriormente renove proteção desta

natureza contratando outra seguradora – Contratação realizada em instrumento que revela a expressa anuência do autor – Legalidade da cobrança.

Por fim, a cobrança de "Cap. Parc. Premiável", contratação por meio de instrumento apartado evidencia a inexistência de irregularidade. Válida a cobrança.

Apelação Cível nº 1012258-15.2020.8.26.0005.

Ação Declaratória cumulada com obrigação de fazer, repetição de indébito e danos morais - Improcedência

■O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), 14ª Câmara de Direito Privado, no julgamento de Apelação Cível nos Autos de Ação Declaratória c/c obrigação de fazer, repetição de indébito e danos morais.

O Tribunal entendeu que em Contratos Bancários, nos quais figura como contratada Instituição Financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, não é abusiva a pactuação de juros à taxa superior a 12% (doze por cento) ao ano, por não lhes aplicarem as Disposições do Decreto nº 22.626/33, de acordo com o teor da Súmula nº. 596 do STF.

Quanto a capitalização de juros, abusividade e ilegalidade não foram evidenciadas.

Apelação Cível nº 1001451-96.2020.8.26.0081.

Ação de reparação de danos – Golpe em leilão – Ausência de responsabilidade do Banco

■O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), 25ª Câmara de Direito Privado, no julgamento de Apelação Cível nos autos da Ação de Obrigação de Fazer cumulada com indenizatória.

Em que o requerente adquiriu em leilão um veículo e o pagamento foi realizado por meio de depósito em uma instituição financeira.

E relata que, após realizar o TED e enviar o comprovante à empresa leiloeira, recebeu um suposto Termo de Arrematação do veículo e foi informado de que seria encaminhado ao setor financeiro para faturamento. Todavia, não conseguiu mais contato com o leiloeiro, tendo chegado à conclusão de que foi vítima de golpe, motivo pelo qual ajuizou a presente demanda.

O Tribunal entendeu que, o fato de o fraudador ter recebido a importância em conta corrente no banco, contudo, não tem, por si só, o condão de atrair a responsabilidade pretendida pelo autor.

Isso porque o banco não participou do negócio realizado entre o requerente e o fraudador, não tendo divulgado o leilão, garantido a sua idoneidade ou oferecido veículo à venda, limitando-se a apresentar soluções pagamento para a transação.

A instituição financeira, portanto, funcionou como prestadora de serviços de pagamento e transações on line, oferecendo ao comprador uma forma para pagar suas dívidas e ao vendedor uma forma de receber seus créditos, sem que se vislumbre qualquer falha na prestação deste serviço.

Cumpra observar que, em que pese a responsabilidade do fornecedor de serviços seja objetiva, admite excludente nos casos em que inexistente defeito no serviço prestado ou quando a culpa for exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor.

Apelação Cível nº 1047658-96.2020.8.26.0100.

Ação de reparação de danos - Alegação de que o banco teria culpa concorrente pelo protesto de cheque que foi devolvido por falta de fundos - Improcedência

■ O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), 11ª Câmara de Direito Privado, no julgamento de Apelação Cível nos autos da Ação de Reparação de Danos.

Irresignado o autor apelou aduzindo, em síntese, que, malgrado a assinatura constante no cheque seja sua, o valor ali estampado foi inserido de forma fraudulenta, de modo que o banco, tendo conhecimento de que o autor não poderia auferir o respectivo valor, não poderia proceder à

compensação ou devolução do cheque sem consultar o autor. Defende a ocorrência de danos morais e a responsabilidade objetiva do banco.

O Tribunal entendeu que, se deve aplicar ao caso a súmula n. 387 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “a cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto e que o ônus da prova a respeito do preenchimento indevido incumbe ao devedor.

Desse modo, o preenchimento abusivo deveria ter sido demonstrado pelo emitente, ou seja, era ônus probatório do autor-apelante, o que não ocorreu.

Assim, sendo o cheque um título não causal, abstrato e autônomo, uma vez apresentado ao réu e não havendo vícios materiais na cártula, se mostra irrelevante se o perfil do cliente não foi alisado. Isso porque, possui o banco milhões de correntistas e não se afigura plausível que cada um seja contactado a cada transação bancária mormente, repita-se, por não haver irregularidade aparente no documento. O fato de ser um valor alto, por si só, não é apto a gerar qualquer desconfiança quanto à sua legitimidade”.

Por derradeiro, cumpre asseverar que o protesto do título, que seria o fato apto a gerar dano moral ao autor, caso tivesse sido procedido de forma ilegítima, foi promovido por conforme se depreende da certidão

por terceiro que não participa da lide e que, ao que consta dos autos, não atuou em nome do banco.

Portanto, a despeito da responsabilidade objetiva da instituição financeira, conforme preconiza a súmula n. 479 do STJ, não restou evidenciada qualquer falha na prestação do serviço bancário, que enseje a responsabilização do réu.

Apelação Cível nº 1009968-44.2020.8.26.0161.